



A Política indigenista e os Avá-Canoeiro no Estado de Goiás (1940-1980)

*ALAOR DE ABREU GOMES JÚNIOR (PG) alaorjrhistoria@hotmail.com

ROBSON MENDONÇA PEREIRA (PQ)

UEG, Câmpus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas
Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá, Anápolis - GO

RESUMO

O trabalho tem a intenção de apresentar as ações e políticas do governo brasileiro que contaram com participação de latifundiários e grandes empreendimentos privados associados com os militares em relação a etnia Avá-Canoeiro, tendo como base documentos oficiais (Relatório Figueiredo e Comissão Nacional da Verdade) que demonstram a violência, os deslocamentos forçados e os abusos sexuais cometidos por agentes públicos entre as décadas de 1940 e 1980. A maioria dos casos de negligência relacionadas às populações indígenas foi promovida pelos próprios servidores das instituições ligadas a proteção territorial dos povos originários. O Estado na maioria dos casos foi o responsável pela agressão ocorrida contra as populações indígenas por meio da imposição da força. A invasão de terras indígenas em diferentes regiões do país tinha como intenção a exploração dos recursos naturais. Existe a necessidade de recompor a memória dessas populações indígenas em situação vulnerável para buscar políticas de afirmação cultural, defesa de território e inclusão social. Sendo que não foi diferente com os Avá-Canoeiro que foram afetados com a política indigenista do SPI e da FUNAI.

PALAVRAS-CHAVE:

Violência. Relatório Figueiredo. Comissão Nacional da Verdade

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar a política indigenista em relação à etnia Avá-Canoeiro entre décadas de 1940 a 1980 no Estado de Goiás. O estudo tem a motivação de apresentar acontecimentos relacionados sobre os Avá-Canoeiro no Estado de Goiás com relação às agressões e violações sofridas nesse período.

Os Avá-Canoeiro, também conhecidos como “Cara Preta” [Canoeiro, Índios Negros ou Carijó], sofreram diversos massacres durante a história, de modo

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



que grande parte da cultura se perdeu. Atacados e perseguidos ao longo dos séculos, encontraram-se sob a ameaça de extinção, marcando em seus territórios diversos conflitos e lutas pela sobrevivência.

A etnia Avá-Canoeiro institui um povo indígena que fala uma língua própria, pertencente à família tupi-guarani, vindo a ocupar de maneira dispersa áreas nos estados de Tocantins e Goiás. Seu cognome *canoeiro* está ligado desde o século XVIII pelo reconhecimento referente à agilidade e habilidade para navegar em canoas e ubás nas correntezas do rio.

Na pesquisa de Eliézer Cardoso de Oliveira, "As representações do medo e das catástrofes em Goiás.", faz uma referência do medo da população goiana em relação a etnia Avá-Canoeiro.

Parte desse medo exagerado era alimentado pela representação social exagerada vigente sobre os Avá-Canoeiros. Esses índios eram considerados uma exceção, pois eram incivilizáveis, conforme deixa explícito dois administradores da Província. (OLIVEIRA, 2006, p.28)

Os Avá-Canoeiro devido aos inúmeros massacres e expulsões territoriais na região no Brasil Central resultaram na fragmentação de suas aldeias em pequenos grupos como meio de sobrevivência. Os grupos contatados estimados em 25 pessoas pelo antropólogo André Toral (2002) que ocupavam terras na década de 1980 e poucos remanescentes na Ilha do Bananal (Tocantins), no município de Cavalcante (Goiás), serras próximas aos rios Urucuia e Carinhanha (Minas Gerais) e cinco que vivem no norte de Goiás no município de Minaçu.

Os casos de descaso referente aos direitos da população indígena Avá-Canoeiro foram constantes ao longo das décadas. A ausência e negligência do Estado (na figura da própria FUNAI e de outras agências governamentais) como a ação indiscriminada de saques, roubos de madeira e outros recursos naturais dentro de suas terras tradicionais.

No Relatório Figueiredo aponta fatos em relação de servidores da FUNAI em episódios de favorecimento pessoal e comercialização ilícita de recursos. Segundo o Relatório Figueiredo aponta:



Iridiano é responsável pela admissão em massa de parentes e afilhados dos Chefões do SPI. Iridiano é responsável por venda ilícita de gado quando na Chefia da IR-8 em Goiás e por compra de matérias fictícios. (RF, 1967, p.841)

Material e Métodos

O trabalho de pesquisa tem a preocupação de analisar a questão indígena no Brasil por meio de estudos bibliográficos e documentais, com o intuito de promover o estudo específico sobre a política indigenista em relação aos Avá-Canoeiro para colocar os melhores conceitos e ferramentas teóricas no desenvolvimento do estudo.

O levantamento de documentos e relatórios produzidos por agentes do Estado que tinham a função de vigiar os índios em aldeias e centros de internação revelam um quadro que permite visualizar que a população Avá-Canoeiro era submetida à prática de tortura, assassinado e trabalhos forçados. A estimativa é uma melhor compreensão de documentos permanentes abertos à consulta.

Existe um documento chamado de *Relatório Figueiredo* com cerca de sete mil páginas que relata inúmeras torturas, mortes e roubo de terras cometidos contra os indígenas. Relatório produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, que acreditava ter sido destruído.

No livro de Rubens Valente, “Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura”, descreve sobre a importância do Relatório Figueiredo no contexto da política indigenista brasileira.

Todas essas limitações, entretanto, estão longe de tornar o Relatório Figueiredo uma peça descartável e desinteressante. A comissão tinha a missão de apurar desvios e comportamentos reprováveis dos funcionários do SPI e, seguindo uma trilha, produziu um documento devastador. (VALENTE, 2017, p.38)

Com a utilização do Relatório propomos analisar várias narrativas de crimes contra a pessoa do índio, como maus tratos, torturas e trabalho escravo. A verificação de violações como massacres e genocídios em várias aldeias indígenas, com o intuito de estudar o caso específico dos Avá-Canoeiro, de modo que houve a



atuação do Serviço de Proteção ao Índio em Goiás por meio da 8ª Inspeção Regional, localizada no município de Goiânia, apontada no próprio Relatório Figueiredo.

No trabalho temos como objetivo estudar outro documento importante elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) que foi direcionado pelo governo brasileiro para investigar graves casos de violação cometidos entre 1946 a 1988 com relação a trabalhos feitos por agentes públicos e servidores com o apoio do Estado Brasileiro. Constatou-se que as populações indígenas no Brasil nesse período foram massacradas e sofreram vários tipos de violência neste caso, buscamos investigar o caso dos Avá-Canoeiro.

Resultados e Discussão

A pesquisa analisou o Relatório Figueiredo e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas com a proposta de obter o conhecimento das ações dos servidores dos órgãos institucionais sobre as questões indígenas e casos de violência aos Avá-Canoeiro no Estado de Goiás que possuem terras demarcadas em Goiás e Tocantins.

O livro de Leandro Mendes Rocha e Libertad Borges Bittencourt, “Indigenismo e participação política na América Latina” constitui um relato sobre a questão indígena durante a ditadura militar.

Em 1973, com a Lei 6.001, foi elaborado um novo instrumento jurídico para estabelecer os direitos dos índios. Essa lei, conhecida como Estatuto do Índio, manteve grande parte dos pressupostos já consagrados em códigos anteriores, inclusive o instituto da tutela. De maneira ambígua, o Estatuto fala das lendas, costumes e tradições dos índios, mas, ao mesmo tempo, preconiza a sua integração na sociedade nacional (ROCHA & BITTENCOURT, 2007, p.80).

No texto de Elias dos Santos Bigio, “A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)”, relata sobre a política indigenista brasileira.

Esses projetos econômicos, políticos e ideológicos fizeram com que o SPI e a FUNAI funcionassem como executores de uma ação indigenista, sem impedir a implementação dos mesmos. Em muitos momentos a formulação da política e da ação era realizada no ministério a que esses órgãos estavam subordinados ou naqueles responsáveis no ministério a que esses órgãos estavam subordinados ou naqueles responsáveis por algum projeto econômico ou político (BIGIO, 2007, p.15)

O livro de Julio Cezar Melatti, “Índios do Brasil”, faz uma referência sobre a política indigenista no período republicano, segundo ele

Tanto o antigo Serviço de Proteção aos índios como a atual Fundação Nacional do Índio não incluíram, seja no seu quadro diretor, como consultores, representantes dos indígenas, o que bem demonstra não somente que os índios não decidem sobre sua própria sorte, estando seu destino à mercê da sociedade nacional dominante. (MELATTI, 1970, p.172)

Segundo o estudo de Dulce Madalena Rios Pedroso “Ava - Canoeiro: A história do povo invisível, séculos XVIII e XIX”:

A penetração colonizadora nos territórios de ocupação dos Avá-canoeiros modificará gradativamente o modo de vida dos índios. Os conflitos entre eles e os colonos tornaram-se mais freqüentes a partir dos anos oitenta do século XVIII. Os estabelecimentos rurais implantados nos distritos de Palma, São Félix, Carmo e Chapada – povoações auríferas fundadas a margem direita do Rio Maranhão encontravam-se frequentemente hostilizados pelos índios. (PEDROSO, 1992, p.234)

Na dissertação de mestrado de Elena Guimarães intitulada “Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias” a autora aponta casos de violações aos Avá-Canoeiro e outras populações indígenas:

Na seção seguinte, que desenvolve o tema “desagregação social e extermínio”, são analisados os casos de extermínio dos Xeta, nos anos de 1950; da tentativa de extermínio dos Tapayuna, conhecidos como Beijo-de-pau, entre 1953 e 1971; e da captura dos Avá- Canoeiro do Araguaia, a partir de 1970. (GUIMARÃES, 2015, p. 134)



O próprio Relatório Figueiredo possui informações sobre a atuação de pacificação em relação aos Avá-Canoeiro: “Houve financiamento, para atividades de pacificação dos índios “Canoeiros”, no Estado de Goiás, sem que se tenha qualquer notícia, de providência a respeito” (RF, 1963, p.44). Muitas ações militares e investidas contra a população Avá-Canoeiro durante a ditadura não foram relacionadas em relatórios oficiais das forças armadas.

O Relatório Figueiredo descreve vários casos de servidores públicos envolvidos sobre as questões indígenas que mantinham relações íntimas e envolvimento sexual com mulheres indígenas, sendo que essa prática ocorria desde antes do golpe militar. “Que tomou conhecimento através Jornais da Imprensa que o Senhor Boanerges Fagundes de Oliveira havia praticado crimes contra a honra e honestidade de índias” (RF, 1967, p.925)

Outro caso que encontramos na pesquisa em relação aos Ava-Canoeiro apontada em relatos na Comissão Nacional da Verdade sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas foram os inúmeros fatos de abusos sexuais: “Os testemunhos avá dão conta de que suas mulheres sofreram abusos sexuais, intimidação [...]” (CNV, 2014, p.222)

No Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas foram relatados casos de captura de índios Avá-Canoeiro:

Dez Avá-Canoeiro do Araguaia que estavam encurralados pelas frentes de colonização na fazenda Canuanã foram capturados por agentes do Estado (FUNAI) em 1973 e 1974, depois das décadas de massacres perpetrados por fazendeiros. (CNV, 2014, p.222).

Os deslocamentos das populações indígenas do seu território original para outras regiões com poucos recursos para a manutenção e sobrevivência da etnia eram comuns, sendo registrado em relação aos Avá-Canoeiros:

Foram sumariamente transferidas para a aldeia dos seus inimigos históricos, os Javaé, que eram cerca de 300 pessoas na época, passando viver, até hoje – com uma população de 23 pessoas-, em condições graves de submissão, marginalização social, econômica e política, sofrendo assédio moral nas situações de conflitos e grandes restrições alimentares. (CNV, 2014, p.222).



O Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígena faz o seguinte apontamento:

A terra indígena ficou livre para a colonização e a Fundação Bradesco, nos anos 1990, passou a fornecer pão, leite e cabeças de animais destinadas ao lixo em troca de os índios não mais abaterem o gado da fazenda. Desde o fim dos anos de 1980, a Funai, em parceria com Furnas, insistiu continuamente na tentativa de transferência dos Avá-Canoeiros do Parque Indígena do Araguaia para a TI Avá-Canoeiro, no Tocantins. (CNV, 2014, p.223)

No livro “Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano”, José de Souza Martins cita as consequências sobre as etnias indígenas com as intervenções do território da frente de expansão.

Para o índio, o avanço de frente de expansão não repercute apenas por colocá-los diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados. Repercute nos arranjos espaciais de seus territórios e nas suas relações com outras tribos, sobretudo as inimigas. Essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vidas e de elementos culturais. (MARTINS, 1997, p.: 145)

Considerações Finais

A revisão de documentos sobre os índios Avá-Canoeiro, que sofreram abusos, transferências forçadas e violações promove o objetivo de apresentar os principais fatos em relação à política indigenista no Brasil. Com o avanço de recursos materiais sobre os territórios desconhecidos para o interior brasileiro houve a necessidade de criar órgãos estatais para minimizar a matança de índios e a efetivação de políticas de integração dos povos indígenas que não foram eficazes nas suas atribuições.



Agradecimentos

Agradeço aos docentes do TECCER pelo apoio, ao Professor Dr. Robson Mendonça Pereira por sua orientação e confiança.

Referências

BIGIO, E. S. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas** (Fundação Nacional do Índio), Brasília (v).4, n.2, p. 13-93, 2007.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. 2015.** 203f. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São PAULO: Hucitec, 1997

MELATTI, J. C.. **Índios do Brasil.** Brasília: Coordenada, 1970

OLIVEIRA, E. C. de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás.** 2006. 359f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Ava - Canoeiro: a história do povo invisível - séculos XVII e XIX.** Goiânia, Dissertação (Mestrado em História) UFGO, 1992. p. 348

ROCHA, L. M.; BITTENCOURT, L. B. **Indigenismo e Participação Política na América Latina.** 1. ed. Goiânia: Editora UFG, 2007. v. 1.



TORAL, André Amaral. **“Os índios negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro”**. *Revista de Antropologia*. Volumes XXVII/XXVIII. São Paulo: USP, 1984/1985, pp. 287-325.

VALENTE, Rubens. **“Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura”** - 1 ° Ed. –São Paulo : Companhia das Letras, 2017

DOCUMENTOS

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos. v.2. Brasília: CNV, 2014. 416p.

Relatório Figueiredo